



Da “nota de pesar” à “injusta agressão”: uma etnografia das narrativas sobre morte escritas pela PMSC¹

Flavia Medeiros²

J. P. Klinkerfus³

Resumo: O presente artigo é resultado do trabalho etnográfico realizado na plataforma de notícias da Polícia Militar de Santa Catarina, o PMSC Notícias. Ao analisar as narrativas em notícias sobre a morte, o morrer e os mortos publicadas em 2021, as autoras exploram as desigualdades sociais existentes nas mortes, nas representações do morrer e no tratamento aos mortos. A partir dessa análise, foram categorizados cinco tipos de mortes: a) naturais; b) violentas “culposas”; c) violentas “dolosas” causadas por “criminosos”; d) violentas “dolosas” causadas pela PMSC; e e) suicídios que evidenciam ausências e inscrições que fortalecem a instituição policial ao mesmo tempo que essa legitima suas ações e valores por meio de narrativas em “notas de pesar” e de “injusta agressão”.

Palavras-chave: Mortes naturais. Mortes violentas. Polícia Militar de Santa Catarina. Etnografia de documentos.

¹ A presente pesquisa contou com apoio do Edital de Chamada Pública Fapesc Nº 27/2021 Programa Fapesc de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação para Jovens Pesquisadores do Estado de Santa Catarina (PROGRAMA FAPESC JOVENS PROJETOS – SC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis – Brasil – flaviamedeiros@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4824-160X>.

³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis – Brasil – jpklinkerfus@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5748-5896>.

From the “note of condolence” to the “unjust aggression”: an ethnography of the narratives about death written by PMSC

Abstract: *This article is the result of the ethnographic work carried out on the Santa Catarina Military Police news platform, PMSC Notícias. By analyzing news narratives about death, dying and the dead published in 2021, the authors explore the social inequalities that exist in deaths, in the representations of dying and in the treatment of the dead. From this analysis, five types of deaths were categorized: a) natural; b) “guilty” violent acts; c) “intentional” violence caused by “criminals”; d) “intentional” violence caused by the PMSC and; e) suicides which highlighted absences and inscriptions that strengthen the police institution at the same time as these legitimate its actions and values through narratives in “notes of regret” and “unjust aggression”.*

Keywords: *Natural deaths. Violent deaths. Santa Catarina Military Police. Documentary ethnography.*

De la “nota de pésame” a la “injusta agresión”: una etnografía de las narrativas sobre la muerte escritas por las PMSC

Resumen: *Este artículo es resultado de un trabajo etnográfico realizado en la plataforma de noticias de la Policía Militar de Santa Catarina, PMSC Notícias. Al analizar las narrativas noticiosas sobre la muerte, el morir y los muertos publicadas en 2021, las autoras exploran las desigualdades sociales que existen en las muertes, en las representaciones de los moribundos y en el tratamiento de los muertos. A partir de este análisis se categorizaron cinco tipos de muertes: a) naturales; b) actos violentos “culpables”; c) violencia “intencional” causada por “delincuentes”; d) violencia “intencional” causada por la PMSC y; e) suicidios lo que destacó ausencias e inscripciones que fortalecen a la institución policial a la vez que estas legitiman su accionar y valores a través de narrativas en “notas de arrepentimiento” y “agresiones injustas”.*

Palabras clave: *Muertes naturales. Muertes violentas. Policía Militar de Santa Catarina. Etnografía documental.*

1. Introdução⁴

O ‘tempo da escravidão’ também nega a intuição do senso comum em torno do tempo como continuidade ou progressão, antes e agora coexistem; somos contemporâneos com os mortos

(Hartman, 2020: 930).

A partir da preocupação com a forma como a morte, os mortos e o morrer são representados em notícias escritas por policiais militares analisamos como a “versão da história” dos policiais é veiculada na plataforma oficial de notícias da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), o portal PMSC Notícias⁵. O modo de produção da repercussão dessas mortes como eventos noticiáveis aparece como um elemento relevante para analisar a atuação policial num contexto em que a invisibilidade da ação violenta da polícia também serve como forma de produzir sua legitimação (Medeiros, 2023).

O trabalho foi realizado a partir de uma etnografia de documentos (Lewenkron; Ferreira, 2020) que tomou a plataforma oficial de notícias da PMSC como arquivo, procedendo à análise antropológica das narrativas sobre os diferentes tipos de morte construídas pelo uso da linguagem jornalística e institucional da polícia militar estadual. Entendemos aqui as notícias como narrativas de caráter jornalístico, isto é, como peças redigidas que se apresentam como uma documentação objetiva, que descreve “fatos” ou “acontecimentos reais”. Não é nosso objetivo aferir a veracidade desses textos, mas explorar o PMSC Notícias como um contexto etnográfico no qual as notícias funcionam como narrativas escritas e visuais que utilizam de ferramentas para reproduzir uma história e estão inseridas em um contexto mais amplo que envolve as políticas

4 O presente trabalho é fruto do retorno ao texto do trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “*Injusta agressão: uma etnografia das narrativas sobre violência e morte escritas pela PMSC*” (Klinkerfus, 2022), orientado por Flavia Medeiros Santos no curso de Ciências Sociais da UFSC, assim como de uma reavaliação dos dados “brutos” construídos no âmbito daquela pesquisa. Uma versão revisada do TCC na íntegra em forma de livro pela Caravana Grupo editorial em 2024 (Klinkerfus, 2024). O presente recorte do trabalho foi previamente apresentado na V Reunião de Antropologia da Saúde, que aconteceu entre 21 e 23 de novembro de 2023 na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá. A apresentação teve o título *Da “nota de pesar” à “injusta agressão”: uma etnografia das narrativas sobre morte escritas pela PMSC* e fez parte do GT02 Diferenças e desigualdades em contexto: gênero, sexualidade, raça e idade/geração em pesquisas contemporâneas, coordenado pelos professores Carlos Eduardo Henning (PPGAS/UFG), Delson Ferreira (PPGAS/UFG) e Luís Antonio Bitante Fernandes (PPGS/UFMT). Agradecemos aos comentários dos professores e trocas ocorridas no evento, os quais geraram alterações presentes nesta versão final.

5 A consulta ao portal oficial de notícias da PMSC pode ser feita em: <https://www.pm.sc.gov.br/>.

de segurança pública, o debate racial e as concepções sobre legitimidade da ação violenta pela polícia.

Considerando a relevância de tais enunciados, os fatos aqui apresentados se inserem no que podemos entender como situação narrativa (Maluf, 1999) ou cenário (MacIntyre, 2001) e, nesse sentido, compreender como a morte é produzida como fato pela própria polícia.

Na primeira seção do texto, apresentamos como o contexto de realização da pesquisa na pandemia de COVID-19 influenciou a escolha da metodologia e afetou o próprio campo, direcionando o trabalho a métodos e técnicas que poderiam ser empregados em “isolamento social” para que fosse possível acessar de alguma forma a PMSC, instituição também afetada pela pandemia.

Em seguida, apresentamos a plataforma PMSC Notícias descrevendo como o *site* funciona. Aqui, o “ciberespaço” aparece via plataforma no qual foi realizada a pesquisa, pois dentre as 1.175 notícias veiculadas na plataforma no ano de 2021, foram analisadas todas as 40 que abordam a morte, os mortos e o morrer. Cabe destacar que a amostragem do material analisado (notícias sobre morte no ano de 2021) se deu pelo recorte temático da pesquisa da qual resulta o presente artigo, a qual foi realizada entre 2021 e 2022, o que nos levou ao recorte temporal específico de notícias do ano mais recente. Nessa seção descrevemos os métodos e técnicas empregados na realização da pesquisa, com ênfase no método de documentação estatística por evidência concreta proposto pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1984), a partir do qual buscamos um diálogo entre a organização estatística de dados nas ciências sociais, a etnografia como forma de produção de conhecimento e o trabalho de pesquisa em documentos.

Uma discussão central na construção do campo e do objeto da pesquisa diz respeito aos próprios policiais e à polícia como instituição social, enfatizando a história e o contexto da PMSC. Compreendendo a polícia moderna que conhecemos hoje como uma instituição indissociável do Estado-nação moderno, o qual consolida-se nos campos da organização política da sociedade, da economia, do simbólico e do ideológico, de forma que seu ideal de “democracia” só pode existir entrelaçado ao sistema capitalista e sua forma de representação social o enquadra como a única possibilidade humana (Asad, 2004). Dessa forma, as instituições policiais agem, hegemonicamente, na manutenção desse ideal de Estado-nação, ao passo que se beneficiam dessa ficção para fortalecimento de seus interesses corporativos.

A partir da ideia de que no mundo “moderno” o Estado, por meio da polícia, teria o poder de “uso legítimo da força” (Weber, 1994), é possível questionarmos as noções de “legitimidade” e em que casos esse uso da força por parte da polícia pode ser considerado como ilegítimo, isto é, não apenas como violento (Eilbaum; Medeiros,

2015), mas como abusivo no uso dessa violência legítima. Esse poder alinha-se com outra característica central do poder e trabalho policial: o documentar, através do qual são produzidas verdades de Estado, versões muitas vezes definitivas dos acontecimentos. Assim, na manutenção de sua ordem, o Estado exerce a dupla função de administrar pela burocracia e reprimir pela punição (Medeiros, 2018: 40), definindo qual violência é legítima e qual não é. As notícias do PMSC Notícias, portanto, são uma maneira de documentação, e se localizam dentro de uma história extensa de formas que as instituições policiais construíram de “bater e contar a história”.

Na seção seguinte, analisamos as diferentes notícias sobre a morte, o morrer e os mortos, separando em cinco categorias de morte: a) mortes naturais; b) mortes violentas “culposas”; c) mortes violentas “dolosas” causadas por “criminosos”; d) mortes violentas “dolosas” causadas pela PMSC e; e) mortes violentas por suicídio. Essa distinção é resultado da análise do conjunto total de notícias no recorte temporal realizado, e também parte das categorias de classificação oficiais tanto do sistema de saúde (naturais e violentas), quando do sistema de segurança e justiça (culposas, dolosas e suicídios). Nesse sentido, utilizamos a distinção de mortes violentas como aquelas provocadas por elementos externos ao corpo (acidentes, assassinatos, suicídios) e naturais como aquelas causadas por elementos internos ao corpo (doenças) (Miranda; Pita, 2011; Medeiros, 2016).

Um elemento que se destaca na diferenciação desses tipos de notícia sobre a morte, os mortos e o morrer são os vocabulários distintos empregados, como a presença de categorias “emocionais”, tal como “nota de pesar” e “lamentos” no registro escrito das mortes naturais de policiais militares, em oposição às categorias “técnicas” ou “procedimentais” e que descrevem o ato de policiais matarem suspeitos como o procedimento adequado e uma devida resposta em casos de “injusta agressão”.

Trabalhamos com a perspectiva teórica da violência como representação social (Cardoso de Oliveira, 2008) por compreendermos que um ato é tomado como de agressão e se torna violento quando interpretado desta maneira, a partir do valor moral a ele atribuído. É necessário distinguir, então, a ideia de “violência” como um descritor empregado pela medicina legal, com base nos termos utilizados pelos sistemas internacionais de saúde via CID 10⁶, para se referir a um tipo de morte, da “violência” como categoria polissêmica empregada no cotidiano para caracterizar pessoas e atos de forma moral, relacional e situacional (Misse, 2016), como no dizer recorrentemente encontrado na plataforma da PMSC de que “o suspeito era violento”.

Argumentamos que as diferentes formas de noticiar a morte, os mortos e o morrer evidenciam o caráter moralizante dessas narrativas que descrevem a polícia como instituição que não comete erros, segue padrões rígidos de disciplina e exerce um trabalho vital para a manutenção da ordem em Santa Catarina, ao passo que os policiais como indivíduos são “heróis”. Todavia, as mesmas notícias também utilizam de ferramentas narrativas que inviabilizam debates sobre violência e racismo, reforçando estereótipos como a descrição de suspeitos como “bandidos absolutos” (Capriglione, 2015), revitimizam mulheres ao descreverem os supostos erros que as levaram a morrer por feminicídio e isolam debates de saúde mental e suicídio como questões que só dizem respeito à polícia quando afetam os próprios policiais.

Por fim, trazemos algumas reflexões sobre o uso da linguagem escrita técnica e formal na tentativa de perpetuação de agentes de Estado – assim como o próprio Estado em si – como informantes pretensamente amorais e objetivos, cujo trabalho de documentar geraria registros imparciais e justos (MacIntyre, 2001); mas que no decorrer da pesquisa evidenciaram um caráter implicitamente moralizante. Ao final deste trabalho esperamos contribuir para a desmistificação da morte como evento universal e da polícia como uma instituição imparcial. A morte, os mortos e o morrer ganham diferentes significados quando diferentemente narrados, reforçando a hierarquização entre mortos.

2. Etnografando notícias

A pandemia, como uma experiência coletiva e uma crise sanitária de caráter grave e letal, mudou não apenas as relações interpessoais da população, mas também as políticas públicas no estado de Santa Catarina e a ação policial. Podemos considerar que a pandemia de COVID-19:

como momento de crise [...] implica uma ruptura com o momento anterior, considerado, agora, como de ‘normalidade’ (ROITMAN, 2016), marcando uma diferença em relação ao passado, permitindo o surgimento do novo e a mudança da realidade (MEAD, 2002). Uma nova temporalidade se instala, suspendendo formas de fazer ordinárias e convocando ações extraordinárias (Camargo; Motta; Mourão, 2021: 312).

Nessa temporalidade instaurada em 2020, novas políticas públicas de segurança foram propostas, o trabalho dos policiais no estado mudou, assim como a representação desse trabalho. O contexto da segurança pública foi alterado a partir da militarização da gestão sanitária da pandemia (Camargo; Motta; Mourão, 2021).

No específico contexto catarinense, as antropólogas brasileiras Flavia Medeiros e Priscila dos Anjos (2020) apontam que no estado, diferentemente do resto do Brasil, o epicentro inicial de contaminação, em 2020, ocorreu fora da capital e por isso as medidas necessárias para evitar a contaminação inicialmente foram incisivas, como a suspensão do transporte público que perdurou por alguns meses.

Compreendendo que as próprias possibilidades de fazer antropológico mudaram, foi preciso pensar em outras formas de investigar o tema da segurança pública e da “violência urbana” (Silva, 2010) no estado e, diante desse desafio, optamos por estudar o portal de notícias disponível na internet. A proposta de etnografar um *site* pode ser algo complicado, afinal, as definições de alteridades no universo digital implicam em outras formas de reflexão na construção do conhecimento antropológico. Assim, pela plataforma digital e com as ferramentas dos estudos do universo virtual, tendo como objeto do trabalho as narrativas sobre a morte, os mortos e o morrer veiculadas, propusemo-nos a etnografar as notícias virtualmente repercutidas.

Nesse sentido, compreendemos essas notícias como documentos particulares – que se diferenciam de documentos burocráticos e jurídicos que carregam poder legal, como “boletins de ocorrência” – de construção da verdade policial com fé pública. O filósofo francês Michel Foucault (2008) apresenta a ideia de “regimes de verificação”, os quais utilizam de documentos como uma tecnologia que fabrica e rotula a realidade (pessoas, acontecimentos, relações), criando formas de “governo”. As antropólogas brasileiras Letícia Ferreira e Larissa Nadai (2015), em diálogo com Foucault, argumentam que esses documentos podem agir de forma a reforçar o controle estatal ou de forma a agir em sua desconstrução.

Os documentos aqui analisados compõem um acervo que se desloca do campo da burocracia do Estado e adentram o espaço do jornalismo e da comunicação, gerando representações e imagens da polícia como uma instituição, imagens essas que contribuem no controle estatal, mas que repercutem sobretudo na difusão de representações socialmente constituídas. Ao ler, sistematizar e analisar todas as notícias relacionadas à morte, ao morrer e aos mortos veiculadas no ano de 2021, atentou-se à sua situação narrativa e às grafias, estéticas, conteúdo, circulação e efeitos de cada texto. A sistematização dos dados se deu através da transformação das notícias em uma planilha de variáveis, utilizando de ferramentas da estatística aplicada às ciências sociais. Assim como Malinowski (1984) se preocupava em contabilizar as interações em um campo com pessoas em tempo real, buscou-se registrar em tabelas as nuances de cada reportagem.

Partindo do conhecimento da plataforma, compreendendo qual era a interface do *site*, qual a frequência de publicação das notícias, quantas notícias foram

publicadas no ano de 2021 e quem escreve essas matérias, foram introduzidas as análises de dados. Uma vez trabalhando com as notícias individualmente, passamos a analisar o conteúdo e a organização dessas páginas, a estrutura dos textos, a presença ou não de imagens, se as páginas são monetizadas – isto é, elas disponibilizam propagandas nas laterais da página – ou não, e também os silêncios: aquilo que faz parte do entendimento da notícia, mas não aparece de forma explícita no texto. Questões de análise para a produção da descrição que possibilitasse o entendimento de quais informações aparecem para leitores, uma vez acessadas uma dessas notícias, e como a representação da imagem policial sobre a morte era construída.

A primeira informação percebida ao acessar o *site* é o *layout* e a logomarca da PMSC. Na lateral superior esquerda está o lema da organização: “preservar a ordem/proteger a vida”, o qual ecoa a perspectiva de uma segurança pública para a manutenção da ordem. Na lateral superior direita estão os logos de redes sociais nas quais a PMSC tem perfis oficiais e as lojas de aplicativos nas quais o usuário pode fazer o *download* do aplicativo “PMSC Cidadão”.

Ainda nesse *layout* inicial há uma ferramenta de busca, na qual foi possível procurar por reportagens específicas ou palavras-chave, e um guia para o menu da plataforma na parte superior direita. Ao descermos com o *mouse* (ou cursor) pelo *site* são mostradas imagens de notícias em destaque, acompanhadas de seus títulos e de uma palavra-chave escolhida pela própria plataforma. Ao todo foram lidas as 1.175 notícias publicadas naquele ano, das quais muitas eram notícias administrativas, relatando a formação de policiais, ações formativas para jovens em escolas, informes sobre reformas de espaço físico e orçamentos. Essas matérias explicitam a qualidade da plataforma enquanto um *site* institucional, cujo objetivo parece ser divulgar as atividades e ideias da instituição. Uma outra parcela grande de notícias dizia respeito a apreensões de armas usadas em caça ilegal, de mercadorias ilegais/irregulares como vinho e pinhão e, principalmente, de substâncias ilícitas (“drogas”), em grande parte maconha e cocaína.

As histórias do PMSC Notícias são contadas pela perspectiva dos policiais sobre a própria ação policial – assinadas por “cabos”, “soldados”, “capitães”, “tenentes”, “subtenentes”, sargentos” e “agentes temporários”⁷ –, produzindo uma

7 “Agentes temporários” são auxiliares administrativos temporários da PMSC e “o cargo visa o atendimento às demandas das Centrais Regionais de Emergência, Centrais de Videomonitoramento e serviços administrativos nas unidades da PMSC” (Castro, 2021). De acordo com a notícia que acompanha o edital do processo seletivo para novos agentes temporários em 2021, esse cargo é reservado para pessoas entre 18 e 23 anos com ensino médio completo e sem antecedentes criminais (Castro, 2021). A contratação desses funcionários é feita a partir de contratos anuais e no ano de 2021 foram abertas 723 vagas para todo o estado de Santa Catarina, das quais 37 poderiam ser destinadas a pessoas com deficiência (Castro, 2021).

forma de autorrepresentação da PMSC. Essa característica se relaciona à manutenção da imagem da polícia no estado de Santa Catarina e à criação da “verdade”, a qual possui um caráter duplo que envolve elementos midiáticos e construção da “verdade do Estado” (Medeiros, 2016: 116). À lateral direita das páginas desses textos, vê-se uma lista das notícias mais lidas no momento de acesso, a qual é atualizada de acordo com os acessos ao *site*.

Essa organização das reportagens nos leva a compreender o PMSC Notícias como uma plataforma que não apenas veicula matérias como um jornal ou um *blog*, mas também como um arquivo que armazena essas narrativas de acordo com lógicas específicas (como ordem cronológica, ou classificação das mais acessadas). Partimos das contribuições do antropólogo cingalês Christopher Pinney (1996) que explica que o arquivo também produz sentido de forma a preencher os “espaços em branco” de seus itens quando pensados separadamente.

Pinney (1996) se referia a arquivos de fotografias em seu trabalho, os quais operam com sentidos desvinculados de palavras, todavia sua descrição desses arquivos é também certa para pensarmos um arquivo de notícias por conta dos “silêncios” presentes nessas narrativas, como a descrição sobre a violência da polícia em Santa Catarina. De acordo com o filósofo e linguista italiano Umberto Eco (1986), notícias, assim como os demais textos, operam com o dito e o com o não-dito para informar o destinatário. As autorias desses textos devem então prever quem são seus leitores em ordem de explicitar certas informações da narrativa na escrita e deixar outras implícitas em lacunas que serão preenchidas por aspectos culturais e valores morais compartilhados.

De acordo com o antropólogo brasileiro Theophilos Rifiotis (1999), as notícias trabalham com lacunas em seu corpo, as quais são preenchidas em diálogo com o leitor através de imagens, títulos, *leads*, legendas e gráficos. A construção da realidade social realizada pelos jornais (Silva, 2010) está na representação das notícias através da articulação entre o texto, as demais partes de um jornal e a leitura. Rifiotis (1999) não compreende as notícias como sendo textos que apresentam “fatos”, mas sim como produções propositalmente incompletas, que são lidas com um conjunto de valores do leitor pressuposto pelo veículo de produção dessas matérias. O antropólogo utiliza do modelo teórico metodológico de Eco (1986) da “cooperação textual”, que toma as lacunas das notícias como “não-ditos” propositais que serão preenchidos por um idealizado “leitor-modelo”. A notícia então tem um destino interpretativo: “entre a estratégia do autor e a resposta do leitor-modelo. [...] Um interlocutor hipotético que mediatiza a comunicação entre a produção das notícias e a sua leitura” (Rifiotis, 1999: 30).

Como um gênero textual, as notícias têm, em sua manifestação linear, códigos e circunstâncias de enunciação. As circunstâncias de enunciação dizem respeito àquelas nas quais o texto encontra seu leitor-modelo/interlocutor (Riffiotis, 1999). No caso do PMSC Notícias, essas matérias são restritas a uma página na *internet*, dentro do *site* mais amplo da PMSC, de forma que o leitor recebe e constrói as informações a partir de textos e imagens distribuídos em um ambiente explicitamente pertencente à PMSC. Tais circunstâncias de enunciação compõem o que a antropóloga brasileira Sônia Maluf (1999) chama de “situação narrativa”, isto é, a forma, o contexto, o local e quem ouve a narrativa engendram características que também produzem os sentidos do que é narrado.

Foram contabilizadas um total de 40 notícias que abordavam os temas da morte, dos mortos e do morrer. Na seção seguinte apresentamos as diferentes e (desiguais) formas de narrar a morte e de caracterizar os mortos presentes nessas reportagens a partir das bases estabelecidas aqui de que esses textos são documentos de caráter não burocrático, mas comunicacional, que utilizam de uma linguagem técnica e pretensamente neutra e os quais operam a partir de lacunas textuais preenchidas por uma situação narrativa que envolve as circunstâncias de enunciação, o “ciberespaço” no qual se inserem e o poder de legitimidade que a assinatura de policiais militares traz sobre suas atividades violenta ou sobre as formas de morrer. Mergulhemos, então, na versão da história dos policiais.

3. Policiais noticiando a morte, os mortos e o morrer

A morte é construída natural e socialmente e há uma dupla materialidade da morte e do matar o morto: biológica, médica e jurídica, legal (Medeiros, 2016). A análise das notícias nos permite refletir sobre como a descrição de diferentes mortes e mortos na plataforma da PMSC Notícias ecoa ou produz diferentes discursos morais sobre esses cidadãos e as circunstâncias de suas mortes, explicitando assim um tratamento desigual na morte e em relação aos mortos, como descrevemos em seguida.

3.1 Mortes naturais

Dentre as 40 notícias analisadas, sete lidavam com o tema de mortes naturais, enquanto apenas duas descreviam casos específicos de mortes naturais. Dentre essas notícias, estão presentes notas de falecimento de militares aposentados por COVID-19 e outras doenças; operações de combate a pandemia como fiscalizações de estabelecimentos; uma comemoração pela alta de um policial

militar após semanas internado com coronavírus e uma notícia sobre policiais militares doando sangue e informando que a pandemia aumentou a demanda por essas doações nos hospitais catarinenses.

Essas notícias informam sobre o papel da PMSC no controle e combate à pandemia e informam o falecimento e as enfermidades dos próprios militares, evidenciando o fato de que a produção da plataforma é voltada para contar histórias sobre a polícia. Combinado com o fato de as notícias serem também escritas por militares – com a autoria de cada reportagem sendo de soldados, cabos, agentes etc. –, a plataforma produz uma autorrepresentação da polícia militar do estado, com notícias feitas sobre a PMSC e pela PMSC.

Entrevistas e reportagens sobre a ação policial em tempos de COVID-19 reforçam a ideia de que a PMSC tem a função de “proteger e salvar vidas”, como descrito na notícia citada abaixo. Algumas dessas notícias utilizam dados quantitativos de registros oficiais para representar o trabalho feito no combate à pandemia. Entre elas, lê-se que na Operação COVID-19, “[...] dessas mais de 500 mil fiscalizações, desde março de 2020, 6.796 geraram algum tipo de notificação e foram realizadas 509 interdições em estabelecimentos.” (Castro, 2021)⁸ e que

[...] desde 25 de fevereiro foram realizadas 12.742 fiscalizações, sendo que houveram 34 interdições em estabelecimentos comerciais e 517 notificações por irregularidades. No período foram instaurados 51 Boletins de Comunicação de Ocorrência Policial, 21 prisões e 532 Boletins de Ocorrência de Termo Circunstanciado (Passamai, 2021).

Entretanto, essas notícias sobre mortes naturais também falam sobre militares que adoeceram e/ou morreram no ano de 2021. “Quando cientes da existência de um cadáver de sua corporação [...], a morte mudou de lugar na estrutura” (Medeiros, 2016: 48). Essas mortes são tratadas de uma forma diferente dentro das notícias. Não se fala da morte de uma pessoa anônima que foi morta em uma execução ou de um número x de vítimas da pandemia dentro do estado. Quando as vítimas eram militares, foram feitas matérias exclusivas para relatar os ocorridos, com nome, sobrenome e cargo dos mortos⁹. Essas eram as “notas de pesar”

8 Vale notar que a ideia de “combate à pandemia” acionada na ação policial compreende essa questão apenas a nível do combate epidemiológico, o qual envolve o isolamento social, aumento do número de leitos, UTIs e respiradores nos hospitais, aumento do número de testes, medidas de higiene e saneamento. Entretanto, como aponta a socióloga argentina Sandra Caponi (2020), deve-se também pensar em uma forma de se lidar com a pandemia que leve em consideração as implicações socioeconômicas. Ela escreve: “com quase a metade da população vivendo na informalidade, desemprego e precariedade, não parece fácil impor o isolamento sem criar, ao mesmo tempo, redes socioeconômicas de proteção compensatórias” (Caponi, 2020: 209).

9 No corpo do texto e nas referências omitimos os nomes dos três militares que aparecem nas notícias citadas.

publicadas na plataforma. Tais em “PMSC informa falecimento do coronel ____” e “Polícia Militar informa falecimento do coronel ____”; ou no corpo do texto:

O 3º sargento ____ recebeu alta do hospital Dona Helena, em Joinville, na manhã desta sexta-feira, 9. E foi com grande emoção que na saída ele recebeu uma homenagem dos profissionais da saúde e dos policiais do 8º Batalhão de Polícia Militar (BPM) (Santiago, 2021).

A nomeação desses policiais mortos ou recuperados demonstra que há uma maior pessoalidade nesses casos. Essas notícias informam os títulos desses militares e suas conquistas em vida – no caso dos dois que morreram –, como em:

Iniciou sua carreira na Polícia Militar em 08/04/1963. Atuou em diversas unidades da PMSC, entre elas exerceu a função de diretor da Diretoria de Instrução e Ensino (DIE) e da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (Dalf) até chegar ao comando da corporação em 1993 (Vieira Júnior, 2021b).

Elas também informam a existência e os sentimentos de seus familiares, como em: “A partir de hoje, o sargento continuará o tratamento para reabilitação de sua saúde, porém agora em casa, recebendo todo carinho e cuidados de sua esposa, filhos e familiares” (Santiago, 2021); ou na afirmação após noticiar o falecimento de um coronel: “Deixa esposa e um filho”.

As categorias acionadas nos discursos emocionais (Abu-Lughod; Lutz, 1990) que aparecem apenas nessas notícias sobre mortes naturais e a pandemia de COVID-19 cabem ser analisadas levando em consideração: as formas específicas de tratamento de mortos empregadas pela polícia quando os cadáveres são da “corporação” (Medeiros, 2016); as estratégias biopolíticas e o fenômeno dramático da pandemia que mobilizaram específicas formas de luto (Caponi, 2020; Camargo; Motta; Mourão, 2021); e as contribuições do campo da antropologia das emoções (Víctora; Coelho 2019).

As mortes de policiais militares trazem noções de tristeza, de luto, de pesar, de orgulho das conquistas em vida e de homenagem à memória que fica. A morte sai do universo do ordinário, do trabalho cotidiano, e adentra um espaço íntimo por meio do qual o “Estado” evidencia sua existência como o resultado da ação constante de agentes humanos, os quais possuem emoções, ética e moralidades que influenciam seus códigos técnicos e seu processo de ação e representação (nesse caso a documentação).

As mortes daqueles de dentro da corporação requerem da polícia mecanismos de expressão pública do luto que se adequam dentro das hierarquias e

burocracias militares. Uma destas demonstrações são cerimônias periódicas de homenagens a policiais militares mortos em serviço. Todavia a pandemia de COVID-19 marcou uma transformação nos ritos funerários como um todo (Araújo; Medeiros; Mallart, 2020) por conta do impedimento de atividades presenciais por um período e pela doença representar uma nova forma de se morrer, a qual evoca sentimentos não apenas de luto, mas também de revolta e medo.

As “notas de pesar” e outras notícias que relatam a situação de policiais internados com COVID-19 abrem caminho para questionarmos a própria divisão entre “mortes naturais” e “mortes violentas” a partir do momento em que homenagens a policiais mortos “violentamente” em serviço foram também estendidas àqueles mortos “naturalmente” por conta de uma doença que vitimou centenas de milhares de brasileiros, e que para os policiais havia um risco em particular, visto que poderia ser contraída em serviço.

3.2 Mortes violentas

As mortes compreendidas como “violentas” são aquelas causadas por elementos externos ao corpo, como acidentes de carro, mortes causadas por armas de fogo, armas brancas e afogamentos. Também entram nessa categoria suicídios. Nesta seção serão apresentadas as notícias sobre mortes violentas como forma de contrastar como a plataforma PMSC Notícias descreve essas mortes e como descreve as mortes naturais.

Dentre as 40 notícias, 33 falavam sobre o tema de mortes violentas, tendo quatro categorias de mortes violentas: a) culposas, aquelas nas quais a notícia não apresenta que um indivíduo tinha intenção de matar outro(s), elas são notícias sobre acidentes de trânsito, fiscalização em rodovias e afogamentos; b) dolosas, aquelas nas quais a notícia informa que a morte foi provocada com intenção de matar – violência letal intencional (Monteiro, 2020) –, elas são notícias de assassinatos com arma de fogo ou branca, investigadas pela polícia, de feminicídios e por atropelamento seguido de fuga; c) dolosas causadas pela polícia em ações policiais; e d) suicídios, os quais apenas aparecem em notícias sobre formações policiais sobre o tema, especialmente no mês de setembro¹⁰. Neste artigo o tema do suicídio não será abordado, pelo fato de termos

10 Cabe indicar aqui que é possível inferir que o tema do suicídio é bastante pertinente para PMSC por conta das diversas formações sobre saúde mental durante o “Setembro Amarelo” – campanha brasileira de prevenção ao suicídio que ocorre no mês de setembro – e pelos casos de suicídios de policiais em diversas partes do país (Miranda; Guimarães, 2016).

encontrado poucas notícias sobre e por elas serem mais relativas a formações sobre saúde mental do que sobre casos específicos de suicídio.

3.2.1 *Mortes violentas culposas*

As notícias sobre acidentes de trânsito são de casos fatais em rodovias, notificados pela Polícia Militar Rodoviária (PMRv); informes sobre ações policiais de fiscalização do trânsito; uma notícia sobre atropelamento – que se enquadra também nas notícias sobre assassinato, por haver uma investigação policial –; e a notícia em que policiais do Posto 8 da PMRv comemoram dez anos sem acidentes fatais na SC-453 (Costa, 2021).

As notícias sobre os acidentes específicos são acompanhadas da descrição do que ocorreu (colisão entre veículos, choque em árvore, “abalroamento transversal” etc.), onde ocorreu (“KM 175 da SC-283, em Caibi” ou “SC-350, altura do Km 367, em Aurora, por exemplo), quantos mortos e se há alguém para ser responsabilizado e preso – como no caso do caminhão que carregava tubos que se soltaram, acertaram outro veículo e causaram a morte de seus passageiros; neste caso, o motorista do caminhão foi preso após um teste de bafômetro (Costa, 2021).

Outros dois pontos sobre essas notícias de destaque. Primeiramente, elas são todas acompanhadas de fotografias dos automóveis destruídos, tiradas uma vez que os corpos são retirados desses veículos. Outro ponto é a linguagem utilizada na descrição do morrer. As notícias utilizam as expressões “morreu/morreram”, “veio/vieram a óbito” e “perdeu/perderam a vida”. Não foi encontrado um padrão de descrição do morrer nesse tipo de notícia sobre mortes violentas, explicitando que quando não dizem respeito ao conteúdo que a polícia em geral implica em casos de “violência” – isto é, em contextos nos quais não há presença de situações conflituosas, com uso de armas, em especial armas de fogo –, as notícias viram meros relatos de acidentes, e sem relevância para a atividade policial.

3.2.2 *Mortes violentas dolosas*

Já as notícias sobre mortes por assassinato com arma de fogo ou branca, cometidas por civis e investigadas pela PMSC ou pelos próprios policiais são contadas de uma forma diferente. Para abordar esse tema, entretanto, é necessário falar sobre duas categorias: “violência” e “vítima”. Começamos pela ideia de violência, uma palavra que parece estar em todo lugar e ter tantos significados (Silva, 2010). A partir da compreensão da polissemia da palavra e de sua mudança em diferentes contextos, o sociólogo brasileiro Michel Misse (2016) fala sobre as diferentes ideias de “violência” no tempo. O autor explica que a

ideia comum de “violência” está diretamente associada à agressão física, o que a torna um termo acusatório, pois

Na modernidade, ninguém pode gostar da violência: é um anátema para quem a elogia ou para quem busca apenas compreendê-la. Por recobrir um sentido negativo, sua polissemia potencializa a impossibilidade de contê-la em um enunciado do tipo constatativo (Misse, 2016: 47).

Para o autor, uma ideia ampla e geral de violência seria incapaz de abarcar as diferenças entre violências individuais e estruturais, justas e injustas, ou até mesmo um indivíduo violento de uma suposta “violência” como fenômeno. Misse (2016) defende que o debate sobre o tema precisa compreender a relação entre o que se entende por violento e a moral¹¹, de forma que ações e fenômenos possam ser interpretados ou não como violentos a partir das bases morais de quem interpreta.

Outra chave importante está nos processos históricos de criminalização da violência. O Estado moderno seria o detentor do monopólio da violência legítima, da violência justa, e, ao mesmo tempo, proibiria qualquer tipo de violência privada, pois “a ideia de que o contrário de violência é a paz oculta a enorme necessidade de violência, por parte do Estado para conter a ‘outra’ violência” (Misse, 2016: 53).

Dessa forma, se violência é aquilo que é considerado violento, levanta-se a questão: violência policial é toda ação de “violência” ou apenas aquelas ilegítimas? Se “o enfrentamento e o uso da violência têm sido os principais mecanismos de controle utilizados pela polícia para a manutenção da estrutura social” (Medeiros, 2016: 72), será que todas as pessoas condenariam as atitudes violentas da polícia? Ou, mais especificamente, será que a própria polícia entende o seu uso da força legítima como violento?

Relacionando a violência às moralidades, o antropólogo brasileiro Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2008) compreende que uma ação é violenta quando há um insulto à dignidade, isto é, quando há uma agressão moral. O autor explica que um insulto moral “(1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro.” (Cardoso de

11 Destaca-se que a ideia de uma moral única e correta é um construto da filosofia ocidental, e, como estudos no campo da antropologia da moral/das moralidades vêm mostrando (Schuch, 2014), na realidade, existem diversas formas de moral: diferentes moralidades. Dessa forma, “o estudo das ‘moralidades’ estaria confinado à análise das configurações locais de normas, valores, emoções e/ou de sua comparação” (Schuch, 2014: 103).

Oliveira, 2008: 136). Dessa forma, as ideias do que é violência mudam em diferentes culturas e em diferentes grupos sociais, a partir da moralidade vigente em determinado contexto (Schuch, 2014).

Já para discutir a categoria “vítima”, dialogamos com as ideias da antropóloga brasileira Cynthia Sarti (2014: 82), que escreve que “a figura da vítima marca o discurso contemporâneo sobre a violência, como forma de reconhecimento social do sofrimento, que se define pela noção de direitos”. A autora apresenta a categoria de vítima a partir de narrativas sobre o passado – a memória – produzidas no presente e explica que a definição dessa categoria torna a violência inteligível (Sarti, 2014).

Ao falar a partir da reflexão sobre tortura e responsabilidade no período de ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), é importante lembrar que a ação de torturar é atribuída aos indivíduos vistos como “inferiores” – aqueles corpos que valem menos –; e que “essa concepção do corpo do outro como um corpo sem valor, ou de menor valia, remete à complacência em relação à tortura do outro na sociedade brasileira” (Sarti, 2014: 92).

Dentre as notícias de mortes provocadas por civis e investigadas pela PMSC, diferenciam-se aquelas em que os mortos não têm muitas descrições (são homens com ou sem passagem pela polícia) e o motivo do crime pode ou não aparecer; aqueles casos que são descritos na plataforma como “feminicídio”, nos quais as vítimas são mulheres e os acusados são homens próximos a elas (em sua maioria companheiros ou ex-companheiros e um caso em que o acusado era o filho da vítima); e um caso específico em que a notícia entrou em maiores detalhes sobre o morto por se tratar do assassinato de um ex-vereador do município de Garopaba-SC. Dentre essas mortes estão também as execuções.

Cabe destacar que em nenhum dos casos identificados foi mencionada raça/cor dos envolvidos, seja como vítimas ou autores. Tal ausência se vincula à identificação de uma onipresença de pessoas de origem europeia, logo brancas, em Santa Catarina, em contraposição à invisibilidade da população negra (Leite, 1991; Castro, 2022), impedindo de, por tais notícias, identificar como as dinâmicas raciais se expressam na ação policial. Por contraste, o que observamos é uma aderência às ações policiais, ainda que violentas, por uma lógica da supremacia racial, na qual o campo da segurança pública é continuamente destacado como evidência de valorização da branquitude e de valores civilizatórios que seriam moralmente desejáveis (Medeiros, 2023).

Voltamos, então, a pensar o meio de veiculação dessas narrativas que constroem noções de “violência” e “vítima”. Notícias são textos assertivos que não necessariamente seguem uma ordem cronológica dos fatos, sendo orientados por uma ordem hierárquica na qual o que vem primeiro é o mais importante

(Rifiotis, 1999), e precisamos ter isso em mente ao pensarmos em sua estrutura. As notícias sobre mortes violentas “dolosas” começam com um parágrafo que costuma resumir a ação policial em uma frase, descrevem todos os procedimentos realizados pelos policiais militares e, em alguns casos, a hipótese do que teria ocorrido antes de sua chegada na cena do crime. Tomemos como exemplo a breve notícia “PM prende autor de homicídio”, nela lemos:

A Polícia Militar de Navegantes prendeu na madrugada desta quinta-feira, 18, o suspeito de um homicídio no Bairro Porto das Balsas em Navegantes. O crime teria ocorrido, segundo populares, após uma discussão (Leonardo, 2021).

Primeiro está a descrição resumida do ocorrido, com data, local, ação realizada pela polícia e possível motivo do crime. Em alguns casos, esses parágrafos iniciais apresentam também o horário em que ocorreu a ação policial e o tempo de duração, como em “após mais de oito horas de buscas...” e “a PM foi acionada por volta das 12h30 para atender a ocorrência” (Costa, 2021). Continua: “a vítima havia perdido em um jogo de cartas a quantia de R\$400,00 para o autor do crime, no domingo passado, e o autor veio lhe cobrar a dívida, vindo a esfaqueá-lo diante da discussão.” (Leonardo, 2021). Em seguida, é apresentado o que teria acontecido na cena do crime antes da chegada da polícia, neste caso foi explicitado no parágrafo anterior que essas informações teriam sido dadas “segundo populares”. São poucas as notícias que apresentam essa hipótese (com exceção de casos de feminicídio). A maioria das reportagens vai do resumo do ocorrido diretamente para a descrição da ação policial.

Ao chegar no local dos fatos, a guarnição se deparou com um homem caído no chão do quarto, encoberto de sangue e a faca usada no crime próximo à porta.

De posse de informações sobre o autor, a guarnição saiu em diligências e próximo do local dos fatos. Foi abordado um homem cuja as características coincidiam com as do autor do crime e estava escondido em um terreno baldio.

Diante dos fatos e diante da confissão da autoria do crime foi proferida voz de prisão ao homem, pelo Crime de Homicídio Doloso, sendo conduzido ileso a Central de Plantão Policial da cidade de Itajaí para os procedimentos cabíveis (Leonardo, 2021).

O corpo do texto é reservado para a descrição de como os policiais militares agiram, falando de sua chegada ao local do ocorrido, como conseguiram informações do suspeito, como o encontraram, como lidaram com ele e, após sua reação, o que foi feito dele – na maioria dos casos o suspeito foi preso. No decorrer da notícia, no parágrafo introdutório ou no desenvolvimento da ação policial,

é explicitado qual o crime cometido, nesse caso foi de “Crime de Homicídio Doloso”, ou se o assassinato pode ou não ser descrito como uma execução. Na conclusão das reportagens podem aparecer informações do estado de saúde de sobreviventes, se policiais foram ou não feridos (em nenhuma notícia de 2021 foi notificado que policiais teriam se ferido em ação) e o histórico de passagens pela polícia dos acusados e das vítimas.

Todavia, não são todos os casos nos quais a polícia consegue prender o suspeito. Em algumas ocasiões os acusados fogem durante a ação policial ou antes mesmo de sua chegada, fazendo com que a descrição do ocorrido seja a forma como a polícia encontrou a cena do crime, o corpo e/ou itens que foram apreendidos (as apreensões costumam ser de substâncias ilícitas e armas). Quando há apreensão na operação policial as notícias são acompanhadas de imagens do material apreendido.

A categoria “vítima” é acionada nessas narrativas apenas para descrever aquelas pessoas que são assassinadas. Em uma das notícias sobre como a polícia salvou um homem de uma execução, após outros dois homens serem mortos dessa mesma maneira, lemos a expressão “vítimas e o terceiro alvejado [...]”, explicitando que, nesses casos em que civis são violentados/assassinados por “criminosos”, são vítimas aqueles que morrem.

Já as notícias nas quais as vítimas foram mulheres, os assassinatos foram descritos como “feminicídio”. Foram duas matérias sobre homens que mataram suas companheiras, duas sobre mulheres mortas pelos seus filhos dentro de casa e uma reportagem sobre a Operação Maria da Penha de combate à “violência contra a mulher”¹². O diferencial dessas notícias é uma maior descrição das mulheres, a apresentação da relação que existia entre acusado e a “vítima” e o histórico do acusado de passagens pela polícia por denúncias prévias feitas pelas mesmas mulheres que morreram. É enfatizado que as mulheres mortas por seus companheiros já tinham histórico de denúncia, como vemos na seguinte reportagem:

12 As definições de “mulher” e o eventual uso de “direitos da mulher”, no singular, explicita um viés específico do feminismo branco universalista, o qual temos observado nas políticas públicas catarinenses, especialmente naquelas propostas pela “Bancada Feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) (Klinkerfus, 2021). Essa linha teórica e ideológica compreenderia a categoria “mulher” como um grupo hegemônico, para o qual as políticas sociais deveriam apenas focar na questão da opressão de gênero. A cientista política e historiadora francesa Françoise Vergès (2021) escreve que o caráter universalista do movimento feminista se consolidou junto com um viés civilizatório nas décadas de 1970 e 1980, a partir de um processo de institucionalização e neoliberalização do feminismo no Norte global. Esse feminismo civilizatório e universalista teria ignorado, através de um “silêncio conceitual”, os avanços de políticas neoliberais e seus malefícios para diversos grupos de mulheres, especialmente mulheres racializadas, pobres e do Sul global.

Na noite do último sábado, 2, um crime ocorreu na rua Padre Feijó, em Caçador. Uma mulher faleceu após ser atingida no peito com uma faca. Seu marido, suspeito do cometimento do crime, foi preso pela Polícia Militar. [...].

Em consulta ao sistema, os policiais verificaram que a vítima já tinha realizado boletins de ocorrências contra o homem, e que ele estava preso até pouco tempo, mas o casal estava morando junto novamente (Alves, 2021).

Já nos casos dos filhos acusados de matarem suas mães, é informado que um deles já teria passagens pela polícia por furto e lesão corporal, enquanto o outro teria sido preso por posse de armas. A forma como os assassinatos de mulheres são descritos – por compreendermos que o portal da PMSC Notícias, ao veicular apenas as mortes ocasionadas por “violência doméstica” – ecoa a ideia de que mulheres apenas sofrem violência no meio familiar e reitera uma tipificação de morte construída no bojo dos debates de gênero (Vergès, 2021).

Essa ideia se faz presente no cenário político catarinense de forma profunda, por meio da legislação que define as áreas de debate da Comissão de Direitos Humanos da ALESC e explicita que os direitos da mulher são intrínsecos aos direitos da família e ao ambiente doméstico (Santa Catarina, 2002), sendo o foco das políticas de combate à violência de gênero (“contra a mulher”) propostas pela Bancada Feminina da ALESC (Klinkerfus, 2021).

Essa forma de representação dos casos também joga a violência contra as mulheres no campo de “problema individual”, enquanto militantes e pesquisadoras do tema têm classificado o feminicídio como uma questão política: coletiva e estatal (Teles; Melo, 2003). Segundo a ativista e a professora de direito brasileiras Maria Amélia Teles e Mônica de Melo (2003), essa individualização da questão está relacionada à estigmatização das vítimas e perpetuação do problema. Tal representação dos casos nas narrativas é uma forma de revitimização dessas mulheres, pelo fato dos documentos explicarem o acontecimento morte por meio do fato dessas “vítimas” ainda morarem ou se relacionarem com seus agressores/assassinos.

Enquanto casos de execução entre “criminosos” e homicídios em que os mortos eram homens se enquadram no cotidiano policial de prender “bandidos” e enfrentar a “violência urbana”, casos rotulados como “feminicídios” ocupam um outro cotidiano: o da violência domiciliar. Enquanto homens têm suas mortes representadas na narrativa policial a partir de envolvimento com crime ou de circunstâncias infelizes, os casos marcados como “violência de gênero”

expressam que essas mulheres morreram por serem mulheres e nada mais. No PMSC Notícias, há mortos e mortas.

3.2.3 *Mortes violentas dolosas causadas pela PMSC*

A representação da morte na PMSC Notícias, quando se trata de ocorrências em que policiais matam, é uma questão de procedimento: a polícia mata quando sofre uma “injusta agressão”. Cabe contextualizar que existe uma diferença entre a percepção do leitor-modelo de grandes jornais sobre o que são notícias sobre “violência” e o que são notícias sobre “violência policial” (Rifiotis, 1999). Enquanto as primeiras tornaram-se rotineiras no imaginário da “violência urbana” (Silva, 2010), as segundas são percebidas como exceções, independentemente de a polícia matar com frequência ou não. As denúncias desses casos em grandes jornais são tratadas como uma singularidade, algo incomum, fruto da ação de “maças podres” [*bad apples*] (Makam, 2020) – tal retórica se confirma no contexto catarinense.

É preciso, então, explicitar aqui quando existe “violência policial”. Eilbaum e Medeiros (2015), a partir de seus estudos sobre os casos de homicídio de Juan¹³ e da Juíza Patrícia Acioli¹⁴, argumentam que existem formas diferentes de classificar os acontecimentos que levaram à morte de alguém, as quais são tanto administrativas e jurídicas como morais e podem apresentar uma morte como “assassinato” ou como “morte legítima”. A questão, então, torna-se: quando os assassinatos pela polícia são construídos e compreendidos como “violência policial”, “assassinato” e “ilegítima”; e quando são “procedimentos padrão” e “mortes legítimas”?

13 O assassinato de Juan, uma criança de 11 anos, por policiais militares no Rio de Janeiro em 20 de junho de 2011 ganhou repercussão e ficou conhecido como “Caso Juan”. O caso foi inicialmente notificado da seguinte maneira: “[...] durante uma operação realizada em 20 de junho de 2011, por policiais do 20º Batalhão de Polícia Militar (BPM, de Mesquita, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, RMRJ), havia ocorrido um ‘breve confronto’, por conta do qual um homem acusado de pertencer ao tráfico de drogas e um ‘menor de 14 anos’ haviam sido feridos, estando ambos no hospital” (Eilbaum; Medeiros, 2015: 409). O caso então ganhou repercussão política e social de familiares e ativistas que questionaram: “onde está Juan?”. E, uma vez que sua morte fora descoberta, passaram a questionar: “quem matou Juan?” (Eilbaum; Medeiros, 2015). Os quatro policiais acusados pela morte de Juan foram condenados em 2013.

14 O “Caso da Juíza Patrícia Acioli” se refere ao assassinato da juíza que ocorreu em 12 de agosto de 2011. No dia seguinte do ocorrido, “[...] os jornais noticiavam a ‘execução’, na madrugada anterior, da juíza criminal Patrícia Acioli, do município vizinho de São Gonçalo. Ela foi morta por 21 tiros de arma de fogo, quando entrava em sua casa, no bairro de Piratininga, na Região Oceânica de Niterói” (Eilbaum; Medeiros, 2015: 413). A execução foi associada ao fato de Acioli julgar casos em que a polícia militar teria cometido assassinatos e forjado “autos de resistência”. Um tenente-coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro foi condenado pelo assassinato em 2013.

De acordo com Eilbaum e Medeiros (2015), no Brasil, a história dessa categoria está vinculada à ideia de “direitos humanos”, de uma forma que ambas ganham sentido a partir das pessoas a quem elas se referem: violência policial contra quem? Sendo assim, a ideia de “violência policial” só é compreendida quando situada em determinado contexto e local, isto é, um acontecimento torna-se “violência policial” quando repercute como tal, seja política, moral ou midiaticamente.

São apresentadas, então, três questões que marcam um caso como violência policial: quem morreu, onde morreu e qual a repercussão do caso. Quanto ao local da morte, cabe destacar que o estado de Santa Catarina é marcado por uma desigualdade geográfica na distribuição dos casos de violência (Monteiro, 2020). Essa desigualdade se materializa em cidades com altos níveis de violência localizadas ao lado de cidades lidas como algumas das mais seguras não apenas do estado, mas do Brasil.

No ponto de “quem sofre a agressão”, tomamos a ideia de que “a desigualdade na atuação da polícia reflete também a hierarquização das pessoas em mais ou menos humanas, mais ou menos cidadãs” (Eilbaum; Medeiros, 2015: 421). É também nesse ponto que a questão moral aparece, pois, como argumenta Cardoso de Oliveira (2008), a violência acontece quando é compreendida como tal, quando há a presença de uma agressão física e de uma agressão moral.

Para abordar as notícias desta seção, é preciso perguntar quem são as pessoas que morreram? Onde os atos ocorreram? Quais categorias foram acionadas, isto é, quem recebe os títulos de “vítima”, “assassino” ou “criminoso” e quais ações são rotuladas como “violentas”. As notícias sobre mortes provocadas por policiais durante ações seguem a mesma estrutura das demais: introdução com resumo do ocorrido, descrição do que aconteceu antes da chegada da polícia e o passo a passo da ação policial. Dentre as seis notícias, todas descrevem cenários onde os suspeitos atacam a polícia primeiro e só depois os policiais revidaram os tiros. Em três dessas notícias, o ataque inicial dos suspeitos é descrito como uma “injusta agressão”.

Uma característica que diferencia essas mortes é o fato de que elas aparecem nos títulos de todas as notícias de forma passiva (“homem acaba morto”, “suspeito morre”, “suspeitos são alvejados”) e no parágrafo introdutório de quatro delas o assassinato não é indicado, mas sim a ação policial que levou à interação entre os suspeitos e os policiais, como a apreensão de substâncias ilícitas, denúncias de agressão, roubos etc. Tomemos como exemplo a notícia “Dois suspeitos são alvejados após confronto com a PM na Capital”. No parágrafo inicial lemos:

[...] Nesta quarta-feira, 13, foram apreendidas drogas e uma arma de fogo em Florianópolis. O fato aconteceu na servidão Antônio dos Santos Botelho, localizada no bairro Costeira do Pirajubaé.

A ocorrência teve início quando uma guarnição do 4º Batalhão de Polícia Militar foi averiguar uma denúncia sobre um suposto esconderijo de entorpecentes no endereço. Posteriormente, já saindo do local investigado, os policiais se depararam com homens armados que efetuaram disparos de arma de fogo contra a PM. Diante da situação, a guarnição revidou a injusta agressão, vindo a atingir um rapaz que veio a falecer no local. Um outro envolvido, ferido, foi identificado ao dar entrada no Hospital Universitário (Malinverni, 2021).

Assim como no exemplo da seção anterior, encontramos um primeiro parágrafo com informações de data, local e um resumo do que aconteceu, porém o ocorrido central foi a apreensão de drogas e armas. Neste caso, a notícia não apresenta uma hipótese do que teria acontecido antes da chegada da polícia, pulando direto para informar de qual batalhão era a guarnição que atuou, como chegaram ao local, como foram recebidos pelos suspeitos e o que eles entendem por “injusta agressão” (“disparos de arma de fogo contra a PM”).

Após cessar a troca de tiros, os policiais encontraram uma pistola, um carregador, 18 gramas de crack, 437 gramas de cocaína e 923 gramas de maconha. Sendo assim, todo o material foi encaminhado à Central de Plantão Policial para que as medidas cabíveis fossem tomadas.

Participaram da ocorrência os agentes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias (IGP) (Malinverni, 2021).

Na breve matéria citada, o foco é a ação de apreensão, não a morte. A polícia matou como um procedimento padrão de resposta a uma ameaça “injusta”. Apesar do título enfatizar a morte de um suspeito, o corpo da notícia prioriza a ação de apreensão, o que é explicitado pelo fato das três fotos que acompanham a notícia serem de materiais apreendidos. Apesar de ser uma categoria nativa utilizada na plataforma catarinense, a ideia de “injusta agressão”, de uma violência prévia que motiva e legitima o homicídio cometido pela polícia, não é nova e nem específica da PMSC. É o argumento da “legítima defesa” da polícia, a ideia de que agentes da segurança pública só matam quando precisam se defender.

Nas notícias de mortes cometidas pela polícia do PMSC Notícias, a categoria “vítima” não é utilizada em momento algum para descrever os acusados mortos ou os policiais que recebem a “injusta agressão”. Na construção da narrativa de um caso de homicídio cometido pela PMSC, os policiais são legitimados e as pessoas que acabam mortas são descritas como “perigosas”, como indivíduos cuja morte violenta é válida. A categoria “vítima” apenas é usada para descrever,

em uma das notícias, uma pessoa que teria seu estabelecimento roubado, chamar a polícia e teve seus assaltantes mortos na ação. Enquanto pessoas que são mortas por “criminosos” têm a violência sofrida apresentada de forma inteligível ao serem chamadas de vítimas (Sarti, 2014), aquelas mortas por policiais não têm a mesma apresentação. Observe como a caracterização daqueles mortos pela PM sempre passa pela descrição de suas passagens prévias pela polícia em maiores detalhes, como na seguinte passagem:

O homem, que possuía diversas passagens policiais, como porte ilegal de arma de fogo, ameaça, violência doméstica, posse de drogas e furto, portava um revólver calibre 38, além de 33 munições do mesmo calibre, cocaína e crack (Vieira Júnior, 2021a).

Em alguns casos essas descrições ocupam parágrafos inteiros:

Segundo informações levantadas no local, um dos suspeitos, que se encontrava em saída temporária por uma condenação de 11 anos de prisão, possuía 22 Boletins de Ocorrência (BOs), dentre eles: tráfico de drogas, homicídio e roubo. Já o segundo envolvido, tinha oito Boletins de Ocorrência (BOs), também por passagens por furto, receptação, adulteração de veículo automotor e cumpria pena em regime aberto. Nenhum policial ficou ferido na ação (Soares, 2021).

Quatro das seis notícias contavam com frases informando se algum policial fora ferido na ação. Em nenhum dos casos policiais foram feridos. Todavia uma constante em todas as notícias da plataforma é a redução dos indivíduos acusados ou suspeitos de atividades ilícitas aos crimes dos quais são acusados e de suas passagens prévias pela polícia. A jornalista brasileira Laura Capriglione (2015) chama esse tipo de descrição de “bandido absoluto” e afirma que é uma forma de os jornais legitimarem a violência letal por parte de policiais. Ainda que não identificada a raça/cor desses indivíduos, cabe destacar que a rotulação como sujeito criminoso opera como um importante dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) ao classificá-los moralmente enquanto categoria inferior, subalterna e contra quem a violência policial é legítima e desejada.

Por fim, uma característica presente em várias das notícias analisadas: uma conclusão para o crime, seja ela a “prisão”, ou melhor “detenção”, ou morte dos suspeitos. Rifiotis (1999) argumenta que o leitor-modelo dos grandes jornais no Brasil caracteriza-se por uma vontade de condenação. Para o antropólogo, após ser exposto a casos de criminalidade/violência nas notícias, o leitor desejaria

um ponto final (Rifiotis, 1999), de tal forma que terminar a notícia com a prisão do suspeito ou com o informe de que nenhum policial se feriu funcionam como formas do leitor-modelo conseguir uma resposta/solução imediata para a questão da “violência urbana” ou da criminalidade.

4. Considerações finais: diferentes formas de contar a morte

Narrar é uma forma de fazer sentido a acontecimentos da vida a partir de um enquadramento moral específico e situação narrativa delimitada. Da “nota de pesar” à “injusta agressão”, a PMSC apresentou formas de fazer sentido a mortes de pessoas distantes, as quais explicitam o caráter moral da ação policial e os sentidos atribuídos àquilo que pode vir a ser classificado como violência.

A análise das diversas formas como a plataforma retrata diferentes mortes e mortos evidenciou que os policiais descrevem seus colegas de corporação e suas mortes de uma forma bastante distinta de como retratam outras pessoas. Os policiais mortos recebem o “lamento” de seus colegas e da plataforma e têm suas trajetórias de vida lembradas e celebradas, e documentações do luto adaptadas na pandemia que individualizam, nomeiam e prestam homenagens aos mortos.

Aquelas pessoas que não são PMs e são assassinadas por “criminosos” aparecem como vítimas da “violência urbana” e materializam os crimes violentos que devem ser/são combatidos pelas forças de segurança pública, apresentando uma visão que toma os autores dessas mortes como sujeitos moralmente condenáveis, e cujas vidas podem vir a ser exterminadas, reforçando desde aí o imaginário de senso comum populista e punitivista de “bandido bom é bandido morto”.

Essa concepção, por sua vez, se reforça em outro tipo de caso, aqueles das mortes cometidas por policiais. Nesses casos, os mortos pela polícia não são “vítimas” e são descritos como “bandidos absolutos” (Capriglione, 2015), isto é, são reduzidos aos atos criminosos dos quais são acusados; e suas mortes, legitimadas e desejadas, pois seriam resultado de uma resposta efetiva do Estado, por meio da ação violenta que se espera da polícia no combate à “criminalidade”.

Essas diferentes narrativas ao redor da morte, do morrer e dos mortos marcam o caráter corporativo da PMSC que divide aqueles que morreram entre “nós” e os “outros”, sendo as mortes dos PMs sempre apresentadas como “tristes” ou “injustas”. Já as fatalidades dos “outros” são distinguidas entre casos da “violência urbana” a serem investigados e casos em que o homicídio de um suspeito é representado como própria solução para o suposto fenômeno da violência urbana. As moralidades informam as representações sociais do que é violento, o que permite concluir que a morte tal como representada na plataforma digital oficial

da PMSC não tem um sentido/significado fixo, mas sim é interpretada de acordo com a causa da morte e de quem foi o morto, afinal, há mortos e outros mortos.

A partir das notícias sobre mortes violentas causadas por policiais militares em ações, destacamos o caráter representativo não só das categorias de “vítima” e de “violência”, mas também da própria ideia de “violência policial”. Nessas reportagens é utilizada a categoria nativa “injusta agressão”, a qual se refere a uma agressão cometida contra os policiais que legitima a resposta letal dos agentes. Compreendendo que, como uma categoria nativa, a “injusta agressão” evoca a ideia de que um ato agressivo efetuado para a manutenção da ordem e em defesa dos policiais não é “violento”, reforçando o conceito da legitimidade da força policial. Além disso, a ideia de que uma “injusta agressão” sempre estaria vinculada à letalidade policial contribui para a naturalização da “violência policial”.

Portanto, tendo a violência como representação social, ainda que a categoria de “violência policial” dentro do universo e das narrativas da PMSC não se faça presente, identificamos que essa é mais uma das ausências para fortalecer narrativas que difundem a legitimidade policial em matar. Em um contexto em que ação policial é apresentada por uma autorrepresentação narrativa, a violência letal cometida por agentes da corporação não é descrita como violenta, mas sim como um procedimento oficial em resposta a uma “injusta agressão”. A representação dos casos em que a polícia mata como operações formais ecoa a mesma imagem reproduzida na utilização de registros quantitativos: a imagem de uma polícia que não comete erros, que “combate à criminalidade” e que age como guardiã da segurança pública em nome do “povo catarinense” e de seus “valores”.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life. In: LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. (Orgs.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 1-23.
- ARAÚJO, Fábio; MEDEIROS, Flavia; MALLART, Fábio. As valas comuns: Imagens e políticas da morte. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-33>. Acesso em: 1 mar. 2024.
- ASAD, Talal. Where are the margins of the state? In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the margins of the state: comparative ethnographies*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. Cap. 11. p. 279-288.
- CAMARGO, Alexandre; MOTTA, Eugênia; MOURÃO, Victor Luiz. Números Emergentes: temporalidade, métrica e estética da pandemia de covid-19. *Mediações*,

- [S. l.], v. 26, n. 2, p. 311-332, 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/open-view/ba6ea136f645f2050493cco890ee385f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031972>. Acesso em: 24 set. 2022.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 34, n. 99, p. 209-224, ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2022.
- CAPRIGLIONE, Laura. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: KUCINSKI, B. et al. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 55-60.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COSTA, Cabo Rodrigo. Suspeitos de execução em Canasvieiras são presos na Capital. *PMSC Notícias*, 04 jan. 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/suspeitos-de-execucao-em-canasvieiras-sao-presos-na-capital>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- CASTRO, Capitão Marcos Rocha. PMSC ultrapassa 500 mil fiscalizações contra a Covid-19. *PMSC Notícias*, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/pm-sc-ultrapassa-500-mil-fiscalizacoes-contr-a-covid-19>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- CASTRO, Thiago Silva de. A origem nórdica do cearense e os efeitos da branquitude no estado do Ceará. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 569-595, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1193/525>. Acesso em: 6 maio 2024.
- COSTA, Cabo Rodrigo. Tubos se soltam de caminhão, na SC-283, e duas pessoas perdem a vida. *PMSC Notícias*, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/tubos-se-soltam-de-caminhao-na-sc-283-e-duas-pessoas-perdem-a-vida>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- ECO, Umberto. O leitor-modelo. In: *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986, cap. 3, p. 35-49.
- EILBAUM, Lúcia; MEDEIROS, Flavia. Quando existe ‘violência policial’?: Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7299>. Acesso em: 26 out. 2022.
- EXPOSIÇÃO na mídia de casos de suicídio pode ter efeitos prejudiciais à saúde mental da população. *Conselho Federal de Psicologia*. 24 mar. 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/exposicao-na-midia-de-casos-de-suicidio-pode-ter-efeitos-prejudiciais-a-saude-mental-da-populacao/>. Acesso em: 5 out. 2022.

- FERREIRA, Letícia; NADAI, Larissa. Introdução: Reflexões sobre burocracias e documentos. *CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 17, n. 3, p. 7-13, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARTMAN, Saidiya. Tempo da escravidão. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 927-948, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1017/pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.
- KLINKERFUS, J. P. Quem morre na pandemia? *Revista Políticas Públicas & Cidades*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-5, 2 maio 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/65226038/Quem_morre_na_pandemia. Acesso em: 4 maio 2022.
- KLINKERFUS, J. P. “*Injusta agressão*”: uma etnografia das narrativas sobre violência e morte escritas pela PMSC. 2022. 100 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- KLINKERFUS, J. P. “*Injusta agressão*” e outras formas de contar a morte: uma etnografia do portal de notícias da Polícia Militar de Santa Catarina. Ouro Preto, MG: Caravana Grupo Editorial, 2024.
- LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5-42, 1991.
- LEONARDO, 3º Sargento Daiane Werner. PM prende autor de homicídio. *PMSC Notícias*, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/pm-prende-autor-de-homicidio>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (Orgs.). *Etnografia de documentos*: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020, p. 17-52.
- MACINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude*: um estudo em teoria moral. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MAKAM, Palika. Copaganda: What It Is and How to Recognize It. *Teen Vogue*, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.teenvogue.com/story/what-is-copaganda-explainer>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução - Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 17-34.

- MALINVERNI, Soldado Rodrigo Nercolini. Dois suspeitos são alvejados após confronto com a PM na Capital. *PMSC Notícias*, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/dois-suspeitos-sao-alvejados-apos-confronto-com-a-pm-na-capital>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- MALUE, Sônia Weidner. Antropologia, narrativa e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos*, v. 5, n. 12, p. 69-82, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/jPnfWxZHCfXpVC6MvSDN4Fw/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- MEDEIROS, Flavia. *Matar o morto*: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016, 221p.
- MEDEIROS, Flavia. *Linhas de investigação*: uma etnografia das técnicas e moralidades numa divisão de homicídios da polícia civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- MEDEIROS, Flavia. A matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 29, n. 65, p. 1-36, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Kqd5nVzvPMb4ZxgLJhBm3Gs/>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- MEDEIROS, Flavia; DOS ANJOS, Priscila. Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC. *Ponto Urbe*, [S. l.], n. 27, dez. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/9502#quotation>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PITA, María Victoria. O que as cifras cifram? Reflexões comparativas sobre as políticas de produção de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Buenos Aires. In: Roberto Kant de Lima; Lenin Pires; Lucía Eilbaum. (Orgs.). *Burocracias, Direitos e Conflitos*: pesquisas comparadas em Antropologia do Direito. Rio de Janeiro: Garamond, p. 175-202, 2011.
- MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos?. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7680/6191>. Acesso em: 5 out. 2021.
- MISSE, Michel. Violência e teoria social. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016.
- MONTEIRO, Felipe Mattos. *A produção social e política dos homicídios*: uma análise macrossocial da trajetória das taxas de homicídio em Santa Catarina (1992 a 2017). Florianópolis: Postmix, 2020, 274p.
- PASSAMAI, Marcelo. PMSC continua com o trabalho de fiscalização das regras estaduais. *PMSC Notícias*, 14 maio 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/pm-sc-continua-com-o-trabalho-de-fiscalizacao-das-regras-estaduais>. Acesso em: 12 ago. 2022.

- PINNEY, Christopher. A história paralela da antropologia e da fotografia. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 29-52, 1996.
- PITA, María Victoria. La historia de un mural o acerca de la muerte, de los muertos y de lo que se hace con ellos. Muertes violentas de jóvenes de barrios populares en la Ciudad de Buenos Aires. *Revista M. Estudos Sobre a Morte, Os Mortos E O Morrer*, v. 3, n. 5, p. 53-71, 2018. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8178>. Acesso em 19 jun. 2023.
- RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso Favela Naval. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 13 p. 28-41, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240972812_Violencia_policial_e_imprensa_o_caso_da_Favela_Naval. Acesso em: 26 jun. 2022.
- SANTA CATARINA (Estado). *Resolução DP nº 081/2002, de 23 de dezembro de 2002, Art. 76*. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/comissao/23>. Acesso em: 26 maio 2021.
- SANTIAGO, Cabo Silvia Schemczssen. Covid-19: policial recebe homenagem após alta hospitalar. *PMSC Notícias*, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/covid-19-policial-recebe-homenagem-apos-alta-hospitalar>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 77-105, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/698>. Acesso em: 09 maio 2022.
- SCHUCH, Patrice. A moral em questão: a conformação de um debate em antropologia. In: WERNECK, A.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 92-106.
- SILVA, Edilson Márcio Almeida da. *Notícias da “violência urbana”: um estudo antropológico*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010, 256p.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003, 120 p.
- VERGÈS, Françoise. A violência neoliberal. In: *Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu editora, 2021, cap. 1, p. 19-50.
- VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, [S. l.], n. 54, p. 7-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/HCLWVxYkWf7CjJcxm7sq3Ks/?lang=pt>. Acesso: 11 mar. 2022.
- VIEIRA JÚNIOR, Agente Temporário Francioni José. Homem em posse de arma de fogo investe contra policiais e acaba morto. *PMSC Notícias*, 7 out. 2021a. Disponível em:

<https://www.pm.sc.gov.br/noticias/homem-em-posse-de-arma-de-fogo-investe-contra-policiais-e-acaba-morto>. Acesso em: 4 out. 2022.

VIEIRA JÚNIOR, Agente Temporário Francioni José. PMSC informa falecimento do _____. *PMSC Notícias*, 22 fev. 2021b. Disponível em: https://www.pm.sc.gov.br/noticias/pmsc-informa-falecimento-do-_____. Acesso em: 12 ago. 2022.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. Brasília: UnB, 1994.

Data de recebimento: 28 de março de 2024

Data de aceite: 06 de junho de 2024

Como citar este artigo:

MEDEIROS, Flavia; KLINKERFUS, J. P. Da “nota de pesar” à “injusta agressão”: uma etnografia das narrativas sobre morte escritas pela PMSC. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-30, e141301, 2024. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1301>